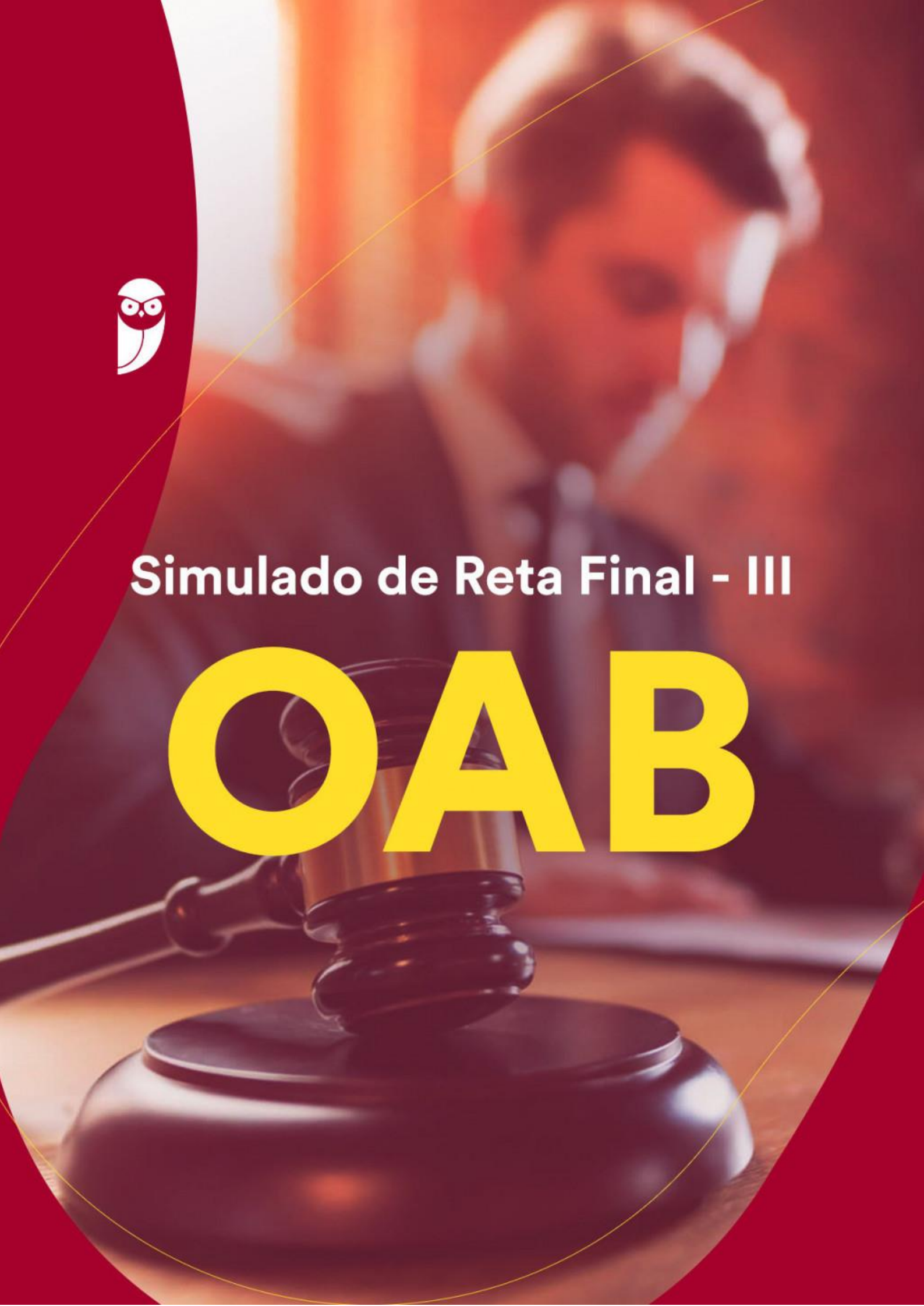




Simulado de Reta Final - III

OAB



PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-15-05>



Siga as nossas Redes Sociais
[Estratégia OAB no YouTube](#)
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 1

O advogado, Sanchez, pretende obter a sua reabilitação no Conselho Seccional de São Paulo, após ter sofrido diversas sanções disciplinares.

Acerca do tema reabilitação, assinale a alternativa correta.

- a) É permitido ao que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento.
- b) A reabilitação frente a sanção disciplinar que for fruto da prática de crime, não dependerá também da correspondente reabilitação criminal.
- c) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação não é do Conselho Seccional que aplicou a sanção disciplinar.
- d) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação dos advogados sempre será do Conselho Federal.

Questão 2

Joaquim Rodriguez, advogado, foi ofendido de forma exacerbada, em sede de Audiência Trabalhista, mais precisamente, enquanto arguia a defesa da empresa XPTO.

Diante do exposto, acerca do tema desagravo, assinale a alternativa correta.

- a) Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo pode ser promovida pela diretoria do Conselho Federal.
- b) O relator pode propor o arquivamento do pedido se a ofensa for pessoal, se não estiver relacionada com o exercício profissional.
- c) Compete ao relator, convencendo-se da existência de prova ou indício de ofensa relacionada ao exercício da profissão ou de cargo da OAB, propor ao Presidente que solicite informações da pessoa ou autoridade ofensora, no prazo de dez dias.
- d) O desagravo público, como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia, dependerá de concordância do ofendido para ser promovido pelo Conselho.

Questão 3

Dra. Juliette, advogada, recém-formada, inaugura o seu escritório na Av. Paulista e, neste momento, já contrata uma empresa para elaboração dos seus cartões de visita.

No que se refere a publicidade em cartões e material de escritório, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada, ao promover a elaboração de cartões, não poderá fazer constar sua fotografia pessoal, mas tão somente a do escritório.
- b) A advogada, ao promover a elaboração de cartões, não poderá fazer constar as distinções honoríficas relacionadas à vida profissional, mas tão somente a indicação de títulos acadêmicos.
- c) A advogada, ao promover a elaboração de cartões, poderá fazer constar a indicação de títulos acadêmicos e cargos públicos ocupados.
- d) A advogada, ao promover a elaboração de cartões, não poderá fazer constar menção ao cargo de professor universitário.

Questão 4

Zé do Caixão, advogado, foi contratado para defender um grande criminoso, reconhecido no tráfico de drogas. O advogado foi formalmente constituído por meio de mandato judicial, mas no curso do processo optou por substabelecer, com reserva de poderes, ao seu colega advogado e parceiro, Dr. Antônio.

Acerca do tema mandato e substabelecimento, assinale alternativa correta.

- a) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa.
- b) O substabelecimento do mandato com e sem reserva de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- c) O mandato judicial se extingue pelo decurso de tempo, salvo se o contrário for consignado no respectivo instrumento.
- d) A renúncia ao mandato exclui a responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros.

Questão 5

Comendador, advogado, foi contratado para analisar os autos de determinado processo findo, e ora pretende desarquivá-lo. Contudo, no cartório judicial, o advogado foi informado que para a retirada de processo findo exige-se procuração com poderes especiais.

Nos termos do Estatuto da Advocacia, acerca da retirada de autos de processos findos, assinale a alternativa correta.

- a) A retirada dos autos de processos findos, pelo prazo de 5 dias, exige procuração com poderes gerais.
- b) A retirada dos autos de processos findos, pelo prazo de 15 dias, exige procuração com poderes especiais.
- c) A retirada dos autos de processos findos, pelo prazo de 10 dias, não exige procuração, mas tão somente autorização do escrivão do cartório.
- d) A retirada dos autos de processos findos, pelo prazo de 10 dias, não exige procuração.

Gabarito: D

Comentários: Segundo o artigo 7º, XVI, do EAOAB, é direito do advogado retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias.

Questão 6

A Seccional do Estado do Rio Grande do Norte proferiu uma decisão unânime acerca de determinado tema, mas que contrariou determinadas decisões do Conselho Federal.

Diante da situação fática apresentada, assinale a opção correta.

- a) Caberá recurso ao Conselho Federal da OAB.
- b) Caberá recurso ao Conselho Federal da OAB apenas das decisões não unânimes do Conselho Seccional.
- c) Não caberá recurso ao Conselho Federal da OAB, diante da decisão unânime do Conselho Seccional.
- d) Não caberá recurso ao Conselho Federal da OAB, diante da autonomia entre os órgãos da OAB.

Questão 7

Abrão, advogado, foi regularmente notificado para quitar às anuidades do ano de 2020 que ainda constam como inadimplidas. Nesta situação, nos termos expressos do Regulamento Geral da OAB, o advogado deverá quitar seu débito, no prazo de

- a) 15 dias da notificação, sob pena de suspensão.
- b) 10 dias da notificação, sob pena de cancelamento.
- c) 15 dias da notificação, sob pena de advertência.

d) 05 dias da notificação, sob pena de multa.

Questão 8

A Seccional do Estado “W” contempla 10.000 advogados inscritos, e a Seccional do Estado “Z” possui 4.500 advogados inscritos.

Diante do exposto, acerca das eleições dos Conselheiros, assinale a alternativa correta.

- a) A Seccional do Estado “W” poderá ter até 32 Conselheiros eleitos, e a Seccional do Estado “Z”, até 30.
- b) A Seccional do Estado “W” poderá ter até 30 Conselheiros eleitos, e a Seccional do Estado “Z”, até 32.
- c) A Seccional do Estado “W” poderá ter até 33 Conselheiros eleitos, e a Seccional do Estado “Z”, até 31.
- d) A Seccional do Estado “W” poderá ter até 32 Conselheiros eleitos, e a Seccional do Estado “Z”, até 31.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

É deferido ao jurista romano Eneu Domício Ulpiano (150-223) a autoria do ditame “*Juris Praecepta Sunt haec: Honeste Vivere, Alterum Non Laedere, Suum Cuique Tribuere*”, algo como: tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence.

Sobre a ideia de que “justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu por direito”, é CORRETO afirmar:

- a) A derivação não ofender ninguém é uma pretensão positiva e epistemológica do princípio de ordem social.
- b) Viver honestamente generaliza o mandamento de justiça sob o enfoque positivo, isto é, de acordo com a lei declarada.
- c) Dar a cada um o que lhe pertence volta a atenção da justiça exclusivamente à distribuição das benesses sociais conforme o direito.
- d) A máxima de Ulpiano condensa os princípios gerais que orbitavam o pensamento jurídico-filosófico da antiguidade greco-romana e foram transportados à contemporaneidade.

Questão 10

Quanto ao Jusnaturalismo, marque a assertiva CORRETA:

- a) O jusnaturalismo teológico ou medieval tem como principais defensores os estoicistas.
- b) A ideia de que as leis naturais são inatas à condição do homem e reveladas pela razão se liga ao jusnaturalismo moderno.
- c) O jusnaturalismo ideonômico prega que a noção de justiça está dentro do sujeito, em suas ideias, modelo defendido por Platão.
- d) Para o jusnaturalismo cosmológico os direitos naturais são estabelecidos por Deus.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Rosenval, vice-governador do Estado X, substituiu o governador nos seis meses anteriores ao pleito eleitoral. Ele pretende se candidatar a Governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano. De acordo com a ordem jurídica constitucional brasileira:

- a) Rosenval não poderá concorrer ao cargo de governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano, salvo autorização do STF.
- b) Rosenval poderá concorrer ao cargo de governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano, mas não poderá concorrer à reeleição no pleito posterior.
- c) Rosenval só poderá concorrer ao cargo de governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano se o STJ o autorizar.
- d) Rosenval poderá concorrer ao cargo de governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano e poderá concorrer à reeleição no pleito posterior.

Questão 12

O Estado Beta desmembrou o Município B para criar o Município Y. Para a criação do ente federativo foram devidamente realizados:

- I. os estudos de viabilidade municipal;
- II. consulta prévia às populações dos entes federativos envolvidos nesse evento.

Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A criação do Município Y é constitucional, pois respeitou todos os parâmetros indicados na Constituição Federal de 1988.
- b) A criação do Município Y é inconstitucional, pois é necessária a elaboração de lei complementar federal para a produção de seus efeitos, trata-se de norma constitucional de eficácia limitada.
- c) A criação do Município Y é inconstitucional, pois é necessária a elaboração de lei complementar federal para a produção de seus efeitos, trata-se de norma constitucional de eficácia contida.
- d) A criação do Município Y é inconstitucional, pois é necessária a elaboração de lei ordinária para a produção de seus efeitos, trata-se de norma constitucional de eficácia contida.

Questão 13

O Prefeito do Município Y vêm realizando algumas obras para melhorar a acessibilidade e embelezar a cidade, criando praças, pontes e viadutos. Para tanto, o Município deixou de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A intervenção estadual no município, no caso descrito, é ato executado pelo Chefe do Poder Executivo (Governador do Estado). A própria Constituição da República estabelece o controle político a posteriori da Assembleia Legislativa do Estado sobre o Decreto de intervenção expedido pelo Governador.
- b) Não há possibilidade constitucional de intervenção, visto que as medidas tomadas pelo Prefeito encontram amparo na Constituição Federal de 1988.
- c) A intervenção estadual no município, no caso descrito, é ato executado pelo Chefe do Poder Executivo (Governador), independente de controle político.
- d) A intervenção estadual no município, no caso descrito, é ato executado pela Assembleia Legislativa. A própria Constituição da República estabelece o controle político a posteriori do Governador do Estado sobre a lei de intervenção expedida pela Assembleia.

Questão 14

Após anos de debates, em 2017 ocorreu a assinatura de um Tratado Internacional que versa sobre Direitos Humanos. A sua aprovação se deu em 2018 da seguinte forma: em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Já a sua promulgação foi em 2019 e realizada pelo Presidente da República. Muitos estudantes ficaram com dúvidas sobre o status do tratado de acordo a Constituição Federal de 1988 e depois de muito estudo concluíram que ele seria equivalente a:

- a) Lei ordinária, já que mesmo havendo amparo constitucional, apenas possui status de norma constitucional o tratado que reiterar ou reprisar norma constitucional.
- b) Emenda constitucional, já que se trata de tratado internacional sobre Direitos Humanos aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Lei complementar, já que tal tratado internacional é sobre direitos humanos aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) Emenda constitucional, já que todos os tratados internacionais aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, são equivalentes às emendas constitucionais.

Questão 15

O Presidente da República editou a medida provisória X para dispor sobre matéria tratada pela Lei Y. Esta última já havia revogado a Lei W, que decorreu da conversão da medida provisória Z. Após 50 dias, houve a rejeição pelo Congresso Nacional da medida provisória X. A partir do disposto, temos que:

- a) a medida provisória X revogou a Lei Y por período determinado.
- b) a medida provisória X não revogou a Lei Y.
- c) não editado decreto legislativo pelo Congresso Nacional no prazo de 60 dias, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória X serão regidas pela Lei Y.
- d) não editado decreto legislativo pelo Congresso Nacional no prazo de 60 dias, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória X serão regidas pela Lei W.

Questão 16

Diego, Presidente da República, sancionou um projeto de lei, transformando-o na Lei nº 000. O conteúdo da referida lei abarcou:

- I. a criação de cargos na Administração Pública direta;
- II. o aumento da remuneração de determinadas funções de autarquias federais.

O projeto da Lei nº 000 foi apresentado por parlamentares na Câmara dos Deputados.

Com base no sistema jurídico-constitucional vigente, assinale a alternativa correta:

- a) Na situação, houve inconstitucionalidade material, pois a matéria deveria ter sido regulada por ato administrativo do Chefe do Poder Executivo e não por Lei.
- b) A Lei é constitucional, já que a sanção do Presidente da República tem a finalidade de suprir vícios formais pouco graves ocorridos durante o processo legislativo.
- c) A Lei é inconstitucional por causa do vício de iniciativa.
- d) A Lei é constitucional, pois a sanção do Presidente da República corrigiu a falta da iniciativa do Poder Executivo.

Questão 17

Um Governador estava insatisfeito com a atuação de determinado Juiz de Direito. Por isso, solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça a demissão do juiz, por meio de uma decisão administrativa. Um dos argumentos apresentados pelo Governador foi que o Juiz teria dado uma sentença desfavorável para o filho do Chefe do Poder Executivo Estadual.

De acordo com a CRFB/88, o referido pedido não pode ser atendido, por ser incompatível com a garantia constitucional da:

- a) inamovibilidade.
- b) vitaliciedade.
- c) irredutibilidade.
- d) indisponibilidade.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

O direito ao meio ambiente é considerado de terceira dimensão, sendo notável a sua natureza coletiva e fraterna, atingindo a todos. Em razão de sua importância e dos avanços na degradação ambiental, imagine que um grupo de países altamente industrializados decide elaborar um tratado internacional visando a redução da emissão de dióxido de carbono e do desmatamento para fins de cultivo de monoculturas e pecuária. Sobre a assinatura e incorporação de tratados internacionais, pode-se afirmar:

- a) Apenas o Presidente da República tem legitimidade para, representando a República Federativa do Brasil, assumir esse compromisso internacional, cabendo ao Senado Federal, representando a união dos Estados, resolver sobre o tratado assinado.
- b) O Presidente da República e o Ministro das Relações Exteriores poderão assinar o referido tratado internacional e caberá à Câmara dos Deputados, representando o povo brasileiro, resolver sobre a incorporação do tratado ao ordenamento jurídico.
- c) Compete ao Presidente da República, atuando como Chefe de Estado, assinar o tratado internacional versando sobre meio ambiente, enquanto ao Congresso Nacional compete exclusivamente resolver sobre o referido tratado.
- d) O tratado internacional poderá ser assinado pelo Presidente da República ou, por delegação, pelo Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União e pelo Ministro das Relações Exteriores. Caberá ao Congresso Nacional, por sua vez, resolver quanto ao tratado firmado.

Questão 19

Rogério, deficiente visual, é casado há alguns anos com Isis, que tem Síndrome de Down. As deficiências do casal nunca representaram um empecilho para que interagissem com as demais pessoas, trabalhassem e levassem uma vida independente. Rogério conversou com os pais sobre o desejo de ter uma criança, mas estes desaprovaram a ideia afirmando, inclusive, que Rogério precisaria de uma autorização em razão de sua deficiência.

Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), pode-se afirmar:

- a) Os pais de Rogério estão corretos em seu posicionamento, visto que a lei assevera que devem ser adotados meios para evitar que crianças nasçam com qualquer deficiência.
- b) O fato de Rogério apresentar uma deficiência visual não o impede de tornar-se pai, sendo dispensada a autorização dos pais caso ele seja capaz e economicamente independente.
- c) Não há qualquer óbice para que Rogério e Isis sejam pais de quantos filhos quiserem, desde que o façam por meio de adoção.
- d) A deficiência de Rogério e Isis não afeta a capacidade civil e, assim, eles poderão decidir livremente sobre o número de filhos que querem ter e exercer seus direitos sexuais e reprodutivos.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Segundo a doutrina de Direito Internacional Público, os Estados são sujeitos de Direito Internacional por excelência.

Assinale a afirmativa incorreta entre as características atribuídas aos Estados.

- a) Todo Estado possui plena capacidade jurídica no plano internacional.
- b) O Estado possui personalidade jurídica originária de Direito Internacional Público.
- c) Segundo a doutrina majoritária, os elementos constitutivos do Estado são o território, o povo e o reconhecimento internacional.
- d) O território é a dimensão física sobre a qual o Estado exerce sua jurisdição geral e exclusiva, ou seja, a dimensão material onde ele exerce seus poderes.

Questão 21

Sobre o Direito Internacional do Mar, assinale a afirmativa correta.

- a) A soberania estatal está limitada ao seu território e às suas águas interiores.
- b) Pela Convenção de Montego Bay, todo Estado tem o direito de fixar a largura do seu mar territorial até um limite que não ultrapasse 10 milhas marítimas contadas a partir de linhas de base definidas na convenção.
- c) A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente. Nela, o Estado costeiro não direitos de soberania.
- d) Na zona contígua, o Estado costeiro exerce apenas direitos de fiscalização.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

A pessoa jurídica ABC Ltda. constatou que autodeclarou e efetuou o pagamento a maior do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados nos últimos quatro exercícios. Com base na hipótese, assinale a alternativa correta acerca da possibilidade de repetição do indébito:

- a) Não é possível a devolução do imposto pago a maior, pois, apesar de indevidamente recolhido, não cabe restituição de imposto indireto.
- b) Não é possível a devolução do imposto pago a maior, pois o pagamento foi espontâneo.
- c) A contribuinte poderá formular pedido administrativo ou judicial de repetição de indébito, desde que comprove que assumiu o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- d) A contribuinte poderá formular somente pedido administrativo de repetição de indébito, desde que comprove que assumiu o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Questão 23

José omitiu propositalmente rendimentos em sua Declaração Anual do Imposto de Renda do exercício passado, deixando de recolher, por isso, parte do IR - Imposto sobre a Renda que era efetivamente devido. Ocorre que a Receita Federal do Brasil constatou essa omissão, efetuou o lançamento e notificou José, nos termos da lei, acerca do crédito tributário em aberto. Assim que recebeu a notificação do lançamento, José se dirigiu à Receita Federal e confessou a infração, prontificando-se a pagar, imediatamente, o imposto devido. Com base na hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) Acaso José tivesse procedido com mera culpa, ou seja, se a omissão de rendimentos tributáveis tivesse ocorrido por mero esquecimento, ele poderia pagar somente o imposto devido acrescido de correção monetária e de juros de mora, excluindo o pagamento de multa.
- b) A confissão de José acerca da infração exclui a imposição da multa e dos juros de mora, ficando ele obrigado tão somente ao pagamento do imposto devido acrescido de correção monetária.
- c) Como José se apresentou à Receita Federal e confessou a infração somente após a notificação do lançamento, deverá pagar o imposto devido, acrescido de correção monetária, de juros de mora e da multa cabível.
- d) A confissão de José acerca da infração exclui a imposição da multa, ficando ele obrigado tão somente ao pagamento do imposto devido acrescido de correção monetária e de juros de mora.

Questão 24

A pessoa jurídica ABC Ltda. adquiriu um estabelecimento comercial da pessoa jurídica XYZ Ltda. e prosseguiu na exploração de suas atividades, sob outra razão social. O estabelecimento adquirido possuía dívidas tributárias, anteriores à celebração do negócio jurídico de venda e compra. Passados três meses da celebração do negócio, a alienante iniciou nova atividade empresarial em outro ramo de comércio. Com base na hipótese, assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade da adquirente sobre aqueles tributos devidos pelo estabelecimento adquirido:

- a) Responderá integralmente por todos os tributos.
- b) Responderá solidariamente, com a alienante, por todos os tributos.
- c) Não responderá por qualquer tributo.
- d) Responderá subsidiariamente, em relação à alienante, por todos os tributos.

Questão 25

Determinado Município concedeu isenção de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, por 2 (dois) anos, aos proprietários que plantarem no mínimo 5 (cinco) árvores nos seus imóveis. Com base na hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) Tal isenção constitui hipótese de extinção daqueles créditos tributários.
- b) Tal isenção constitui hipótese de suspensão da exigibilidade daqueles créditos tributários.
- c) A isenção concedida por prazo determinado e em função de determinadas condições, como é o caso, pode ser revogada a qualquer tempo.
- d) A isenção concedida por prazo determinado e em função de determinadas condições, como é o caso, não pode ser revogada a qualquer tempo.

Questão 26

Thaís é proprietária de um único apartamento na área urbana do Município X, onde reside com seu esposo e filhos. Como ela não pagou o IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano e a Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar relativos ao imóvel dos últimos 3 (três) exercícios, a Fazenda Pública Municipal ajuizou Ação de Execução Fiscal para fins de cobrança. Com base nas disposições legais em vigor, assinale a alternativa correta:

- a) A impenhorabilidade do bem de família não é oponível em face da cobrança do IPTU, mas é oponível em face da cobrança da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar.
- b) A impenhorabilidade do bem de família não é oponível em face da cobrança do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar.
- c) O imóvel residencial próprio do casal é impenhorável, não devendo responder por qualquer tipo de dívida.
- d) Os bens e rendas do sujeito passivo respondem pelo pagamento de todo crédito de natureza tributária, sem exceções.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

Vanderlei, pessoa desprovida de muitos recursos financeiros, é portador de uma grave doença e seu médico prescreveu determinado medicamento que não é fornecido pela rede pública de saúde, pois não possui registro na Anvisa. Diante dessa situação, ele procura você, na qualidade de advogado, desejando ingressar com ação judicial contra a administração pública para que lhe seja garantido o acesso ao fármaco. Você deverá informar corretamente que:

- a) a responsabilidade dos entes federativos é solidária, podendo figurar no polo passivo qualquer um deles em conjunto ou isoladamente, sendo possível a imposição de multa diária para compeli-los a fornecer medicamento.
- b) a ação deve ser proposta necessariamente ser propostas em face da União, sendo possível a imposição de multa diária para compeli-la a fornecer medicamento.
- c) não é cabível a antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública para obrigá-la ao fornecimento de medicamento, diante da irreversibilidade dos efeitos.
- d) os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são sempre subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização.

Questão 28

A sociedade empresária Impress tomou conhecimento sobre a publicação de um edital de seu interesse para contratação de serviços junto ao Poder Público. O advogado da empresa verificou o instrumento e, segundo ele, poderiam participar da licitação, que tinha por objetivo adquirir material de escritório, os interessados devidamente cadastrados ou que atendessem as condições exigidas até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas. O advogado, então, disse se tratar de licitação na modalidade:

- a) regime diferenciado de contratação.
- b) convite.
- c) tomada de preços.
- d) pregão.

Questão 29

Marina, enfermeira efetiva de um determinado hospital público estadual, e Lúcia prestaram concurso público para provimento de cargo em outro hospital do estado, obtendo a mesma pontuação. Contudo, segundo as leis estaduais, em caso de empate de candidatos no concurso público, teria preferência para a ordem de classificação o candidato que já pertencesse ao serviço público estadual. Dessa forma, Marina logo foi nomeada e Lúcia teve sua nomeação preterida, o que a fez procurar você, na qualidade de advogado, que a informou corretamente que:

- a) somente por lei é possível estabelecer preferência, na ordem de classificação de concursos públicos, em favor de candidato já pertencente ao serviço público.
- b) a Constituição Federal assegura ampla acessibilidade aos cargos e empregos públicos a todos os brasileiros que preencham os requisitos legais, os quais podem impor preferências.
- c) o critério é legítimo, uma vez que assegura a seleção do candidato mais capacitado ou experiente, vinculado às aptidões necessárias ao cargo a ser provido.
- d) há violação dos princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade e afronta a regra que veda aos entes federativos a criação de distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Questão 30

O Município de Verdes Jardins autorizou, por meio de lei, a instituição de uma autarquia com a finalidade de gerir atividades interesse público local. Para preencher os cargos dessa autarquia, serão realizados concursos públicos, e os empossados serão regidos pelo regime jurídico estatutário. Além disso, para conter despesas, o Município decidiu convidar alguns empresários locais para participar do capital da autarquia, deixando o Poder Público apenas com 55% do controle. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) legítima a autorização da instituição da autarquia por lei, o uso do regime jurídico estatutário para o pessoal e a participação da iniciativa privada em seu capital.
- b) é legítimo apenas o uso do regime jurídico estatutário para o pessoal.
- c) é legítima a autorização da instituição da autarquia por lei, o uso do regime jurídico estatutário para o pessoal.
- d) é legítima apenas a autorização da instituição por lei da autarquia.

Questão 31

Vilma obteve do Município de Cachoeirinha licença para funcionamento de um pet shop. Ocorre que, durante o prazo de validade da licença, Vilma modificou a finalidade do empreendimento, que passou a funcionar também como uma clínica veterinária, sem comunicação, ciência e autorização do poder público. Após regular processo administrativo, a autoridade municipal competente extinguiu o ato administrativo de licença. Vilma, então, procurou você, na qualidade de advogado, que a informou corretamente que:

- a) a extinção do ato decorreu de caducidade, eis que Vilma deixou de cumprir os requisitos legais para manutenção da eficácia do ato administrativo.
- b) a extinção do ato decorreu de revogação, eis que o ato deixou de ser conveniente e oportuno, diante da conduta ilícita praticada por Vilma.
- c) a extinção do ato decorreu de anulação, eis que ocorreu ilegalidade superveniente praticada por Vilma.
- d) a extinção do ato decorreu de cassação, eis que houve ilegalidade superveniente praticada por Vilma, que deixou de cumprir os requisitos de quando teve o ato deferido.

Questão 32

Paulo, aprovado em concurso público, tomou posse como servidor público estadual. Ao receber sua primeira remuneração, verificou que o vencimento-base era inferior ao salário mínimo e sua remuneração era complementada por meio de um abono, destinado a garantir a percepção do mínimo legal. Ele, então, procurou você, na qualidade de advogado, que deve informar corretamente que:

- a) o salário mínimo pode ser usado, em regra, como base de cálculo de vantagem do servidor público.
- b) a garantia do salário mínimo refere-se aos vencimentos percebidos pelo servidor público, sem acréscimo de qualquer vantagem.
- c) o cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
- d) a Constituição Federal autoriza expressamente a unificação nacional e a vinculação do salário mínimo.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

O Governador do Estado do RJ deseja reduzir os limites de uma unidade de conservação de uso sustentável, que foi criada para proteger populações animais de espécies nativas, terrestres e aquáticas, residentes e migratórias.

De acordo com o que dispõe a legislação ambiental, marque a única opção correta:

- a) A desafetação ou redução dos limites da unidade de conservação só pode ser feita mediante decreto do Governador.
- b) A desafetação ou redução dos limites da unidade de conservação pode ser feita mediante Portaria do Órgão Ambiental Estadual do Rio de Janeiro.
- c) A desafetação ou redução dos limites da unidade de conservação só pode ser feita mediante consulta à população diretamente interessada e Lei Complementar Estadual.
- d) A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Questão 34

Adalberto, proprietário de imóvel rural no Sul de Minas, procura o órgão ambiental para saber qual o percentual mínimo de sua propriedade deve ser destinado a título de Reserva Legal. Segundo o novo Código Florestal Brasileiro, marque a resposta correta:

- a) Adalberto deve manter 20% da área do imóvel a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente.
- b) Adalberto deve manter 10% da área do imóvel a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente.
- c) Adalberto deve manter 50% da área do imóvel a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente.
- d) Adalberto deve manter 5% da área do imóvel a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Mário vendeu um carro para Adriano, cujo preço foi pago adiantado. Mário deveria entregar o carro em três dias, mas acabou não conseguindo entregar no prazo ajustado, devido a uma viagem que realizou com seus amigos. Dois dias após o prazo de entrega, o carro foi furtado da casa de Mário, não sendo encontrado pelas autoridades policiais. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Por se tratar de um caso fortuito, a obrigação fica resolvida para ambas as partes, já que o bem se perdeu sem culpa de Mário.
- b) Mário deverá devolver a Adriano metade do valor do veículo, pois o bem se perdeu sem sua culpa, de modo a se repartir o prejuízo.
- c) Mário deverá devolver a Adriano integralmente o valor recebido pelo veículo mais perdas e danos, apesar do caso fortuito.
- d) Com a deterioração do bem, Adriano poderá exigir o abatimento do preço.

Questão 36

Ronaldo Romário, famoso jogador de futebol, estava no seu jatinho particular voltando para casa quando a aeronave sofreu uma pane repentina e caiu enquanto sobrevoava o mar. No dia seguinte, os destroços do jatinho foram encontrados, mas o corpo de Ronaldo Romário e dos demais tripulantes continuaram desaparecidos. Semanas depois, as buscas foram encerradas pela Defesa Civil, sem que fossem encontrados os corpos. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Decorrido um ano da arrecadação de bens de Ronaldo Romário, poderá ser iniciada a sua sucessão provisória.
- b) Poderá ser declarada a morte presumida de Ronaldo Romário, independentemente da decretação judicial da ausência.
- c) O cônjuge virago de Ronaldo Romário, no caso da ausência, será a legítima curadora dele, desde que não estejam separados judicialmente ou de fato por mais de dois anos.
- d) Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória de Ronaldo Romário, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas

Questão 37

Ana Lúcia, bastante idosa, andava pela rua quando encontrou Paulo, vendedor ambulante de louças e relógios antigos. Ao ver um relógio que lembrava a casa de seus avós, Ana Lúcia acreditou que se tratava da obra original que sempre via durante a infância. Inexperiente, não observou que o fabricante do relógio era diverso. Assim, comentou com Paulo sobre o relógio e ofereceu um valor muito acima do que a peça valia. Paulo aceitou o valor, sem nada declarar, apesar de saber que Ana Lúcia estava errada e de que não se tratava da peça original. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Não há nenhum vício de consentimento, pois Paulo nada disse que pudesse viciar a vontade de Ana Lúcia, não havendo a possibilidade de anulação.
- b) Trata-se de vício de consentimento denominado erro, já que Ana Lúcia acreditou estar adquirindo uma peça original.
- c) Trata-se de dolo, uma vez que Paulo se calou mesmo sabendo que não era uma peça original, podendo o negócio jurídico ser anulado.
- d) Trata-se de lesão, pois Ana Lúcia adquiriu o relógio por inexperiência, acarretando a anulação do negócio jurídico.

Questão 38

João da Silva, andando pelo centro da cidade de Belo Horizonte/MG, acabou esquecendo um livro de uma coleção rara em um banco de uma praça. Ao viajar de volta para casa, no Rio de Janeiro/RJ, João da Silva sentiu falta do livro e ofereceu uma recompensa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nas redes sociais para quem o devolvesse. Dois dias depois, João da Silva resolveu se retratar, pois entendeu que aquele livro era muito importante e que se o destino fez com que ele o perdesse, foi porque outra pessoa precisa dele também. Assim, João da Silva publicou da mesma forma nas redes sociais retirando a promessa de recompensa. Contudo, Marcos não viu a publicação de João da Silva retirando a recompensa e comprou a passagem para o Rio de Janeiro/RJ para devolver o livro. Ao chegar no Rio de Janeiro/RJ, Marcos entrou em contato com João da Silva, que se recusou a ir até o local, dada a retratação. Sobre o caso, analise as alternativas a seguir e marque a correta.

- a) Marcos terá direito ao reembolso das despesas que despendeu para devolver o livro a João da Silva.
- b) Marcos terá direito ao reembolso das despesas que despendeu para devolver o livro mais metade da recompensa oferecida por João da Silva.
- c) Marcos terá direito à recompensa toda, já que João da Silva não poderia retirar a promessa de recompensa sem ter certeza de que alguém já havia cumprido a condição.
- d) Marcos não terá direito ao reembolso das despesas nem ao pagamento da recompensa, uma vez que João da Silva retirou a promessa com a mesma publicidade que a fez.

Questão 39

José, firmou contrato de seguro de vida com a Seguradora Viva Bem, em dezembro de 2018, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Ocorre que, em abril de 2021, José dirigiu embriago e acabou sofrendo um acidente que lhe custou a vida. Sobre a obrigação da Seguradora Viva Bem, assinale a alternativa correta

- a) A Seguradora Viva Bem não deverá pagar o prêmio do seguro de José, já que a embriaguez ao volante exime a seguradora, em vista da conduta dolosa do segurado.
- b) A Seguradora Viva Bem deverá arcar apenas com as despesas funerárias de José, eximindo-se das demais, em vista da conduta culposa do segurado.
- c) A Seguradora Viva Bem deverá pagar o prêmio total do seguro de José, pois a embriaguez ao volante não a exime da obrigação.
- d) A Seguradora Viva Bem deverá pagar apenas metade do prêmio do seguro de José, já que ele assumiu o risco do acidente ao dirigir embriagado, o que configura dolo eventual.

Questão 40

Madalena contraiu uma dívida de alto valor com Marcelo. Para garantir o pagamento, Madalena empenhou um veículo de sua propriedade, uma Mercedes-Benz CLA 35 AMG. Sobre o penhor, é correto afirmar que

- a) O veículo continuará na posse de Madalena, que deve conservar o bem. O penhor será registrado no Cartório de Títulos e Documentos e anotado no certificado de propriedade. Com a morte de Marcelo, o penhor é extinto.
- b) O veículo ficará na posse de Marcelo, que deve conservar o bem. O penhor será registrado no Cartório de Títulos e Documentos e anotado no certificado de propriedade. Com a morte de Marcelo, o penhor não é extinto.
- c) O veículo ficará na posse de Madalena, que deve conservar o bem. O penhor será registrado no DETRAN do domicílio de Madalena. Com a morte de Marcelo, o penhor não é extinto.
- d) O veículo continuará na posse de Madalena, que deve conservar o bem. O penhor será registrado no Cartório de Títulos e Documentos e anotado no certificado de propriedade. Com a morte de Marcelo, o penhor não é extinto.

Questão 41

Mariana e Jorge decidiram casar-se e pretendem realizar um pacto antenupcial. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA

- a) O casal poderá escolher entre os regimes da comunhão da comunhão universal de bens, o da separação absoluta de bens ou o da participação final nos aquestos, não sendo possível escolher o regime da comunhão parcial no pacto antenupcial.
- b) O regime de bens começa a vigorar na data do casamento.
- c) Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial.
- d) O pacto antenupcial poderá ser feito em qualquer dos regimes de bens.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Pedro, 14 anos de idade, e Mariana, 8 anos, são irmãos e, em razão do falecimento dos pais em um trágico acidente automobilístico, serão colocados em uma família substituta. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) Os irmãos só poderão ser colocados em família substituta mediante adoção.
- b) Pedro e Mariana serão previamente ouvidos por equipe interprofissional e sua opinião será devidamente considerada, sendo dispensado o seu consentimento.
- c) Pedro deverá consentir, em audiência, quanto à família substituta. Tal procedimento, no entanto, não é necessário para Mariana.
- d) Os irmãos poderão ser colocados em famílias distintas, indiscriminadamente, desde que tal medida torne o seu processo de adoção mais célere.

Questão 43

Joãozinho Mão Leve foi apreendido em flagrante pela prática de ato infracional análogo ao roubo, sendo imediatamente encaminhado à autoridade policial competente. Nesse caso, pode-se afirmar corretamente:

- a) Ainda que o ato tenha sido praticado em coautoria com um adulto, deve prevalecer a atribuição da repartição especializada para proceder às providências necessárias.
- b) A autoridade policial poderá lavrar auto de apreensão ou boletim de ocorrência circunstanciada.
- c) Joãozinho será obrigatoriamente liberado pela autoridade policial caso seus pais compareçam e assinem termo de compromisso e responsabilidade de apresentação.
- d) Após a liberação de Joãozinho Mão Leve, a autoridade policial encaminhará imediatamente à autoridade policial o auto de apreensão ou o boletim de ocorrência circunstanciada.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Romildo mantinha, há alguns anos, contrato de plano de saúde coletivo empresarial com a operadora Sua Saúde S.A. Determinado dia, a operadora do plano de saúde notificou Romildo, informando que não tinha mais interesse em manter o contrato, fazendo a rescisão unilateral do pacto. Ele, então, requereu à operadora que fornecesse um plano de saúde individual para ele, obtendo como resposta que era inviável, porque esta somente comercializava planos coletivos. Inconformado, Romildo procurou você, na qualidade de advogado, que lhe disse corretamente que:

- a) Não é ilegal a recusa de operadoras de planos de saúde de comercializarem planos individuais por atuarem apenas no segmento de planos coletivos, uma vez que não há norma alguma que as obrigue a atuar em determinado ramo de plano de saúde.
- b) A operadora de plano de saúde pode ser obrigada a oferecer plano individual a usuário de plano coletivo extinto, uma vez que é inadmissível a rescisão unilateral do contrato por parte da operadora.
- c) Os beneficiários de plano de saúde coletivo, após a rescisão unilateral do contrato pela operadora, têm direito à portabilidade de carências ao contratar novo plano observado o prazo de permanência no anterior e o custo adicional pelo exercício do direito.
- d) A portabilidade de carências, por ser um instrumento regulatório, destina-se exclusivamente a incentivar a concorrência no setor de saúde suplementar, já que permite ao usuário a mudança de plano, sem, contudo, o isentar da necessidade de cumprimento de novo período de carência.

Questão 45

A sociedade empresária Reparar Ltda. atua no setor da construção civil, em obras que visam reformas e reparos em casas e apartamentos. Marlene entrou em contato com a empresa para que fosse até sua residência fazer um orçamento para prestação de serviço, discriminando material, equipamentos, mão de obra, condições de pagamento e datas para início e término do serviço de reforma no espaço gourmet da sua casa. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) o orçamento terá validade de trinta dias, independentemente da data do recebimento e aprovação pela consumidora.
- b) o valor orçado terá validade de dez dias, contados do recebimento pela consumidora; aprovado, obriga os contraentes, que poderão alterá-lo mediante livre negociação.
- c) caso Marlene aprove, o orçamento obriga os contraentes e não poderá alterado ou negociado pelas partes, que, se quiserem mudar os termos, deverão fazer novo orçamento.
- d) Marlene responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

46. Perseu, em 2012, ingressa numa sociedade simples, constituída em 2008, formada por cinco pessoas naturais e com sede na cidade de Primeira Cruz. De acordo com as disposições do Código Civil sobre a sociedade simples, assinale a afirmativa correta.

- a) Perseu é responsável por todas as dívidas sociais anteriores à admissão.
- b) Perseu responde apenas pelas dívidas sociais posteriores à admissão.
- c) Perseu responde apenas pelas dívidas sociais contraídas no ano anterior à admissão.
- d) Perseu não responde pelas dívidas sociais anteriores e posteriores à admissão.

Questão 47

Alfredo Chaves exerce, em caráter profissional, atividade intelectual de natureza literária, com a colaboração de auxiliares. O exercício da profissão constitui elemento de empresa. Não há registro da atividade por parte de Alfredo Chaves em nenhum órgão público.

Com base nessas informações e nas disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Alfredo Chaves não é empresário, porque exerce atividade intelectual de natureza literária.
- b) Alfredo Chaves não é empresário, porque não possui registro em nenhum órgão público.
- c) Alfredo Chaves é empresário, independentemente da falta de inscrição na Junta Comercial.
- d) Alfredo Chaves é empresário, porque exerce atividade não organizada em caráter profissional.

Questão 48

José adquiriu dois refrigeradores a prazo numa das filiais de Comércio de Eletrodomésticos Ltda., tendo efetuado pagamento de entrada no valor de 50% do preço. Foi decretada a falência da vendedora e esta não entregou a mercadoria. Interpelado o administrador judicial, este resolveu não executar o contrato. De acordo com as informações do enunciado e as disposições da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas), assinale a afirmativa correta.

- a) O comprador terá seu crédito relativo ao valor pago habilitado como subquirografário na falência.
- b) O comprador terá seu crédito relativo ao valor pago habilitado como subordinado na falência.
- c) O comprador terá seu crédito relativo ao valor pago habilitado como privilegiado na falência.
- d) O comprador terá seu crédito relativo ao valor pago habilitado como quirografário na falência.

Questão 49

Eugênio de Castro é sócio e administrador designado no contrato da sociedade empresária Vale do Taquari Empreendimentos Hoteleiros Ltda. De acordo com cláusula contratual, o referido administrador faz jus à percepção de pró-labore bimestral no valor fixo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Com a decretação da falência da referida sociedade, sua advogada verificou que não consta o crédito do cliente na relação de credores publicada no Diário Oficial.

Assinale a opção que indica a classificação correta na habilitação de crédito a ser apresentada ao Juízo da falência.

- a) Crédito subordinado.
- b) Crédito quirografário.
- c) Crédito subquirografário.
- d) Crédito equiparado ao trabalhista, até o limite de 150 salários mínimos.

Questão 50

Assinale a alternativa correta em relação aos conceitos de empresa e empresário no Direito Empresarial.

- a) Empresa é a sociedade com ou sem personalidade jurídica; empresário é o sócio da empresa, pessoa natural ou jurídica com responsabilidade limitada ao valor das quotas integralizadas.
- b) Empresa é qualquer atividade econômica destinada à produção de bens; empresário é a pessoa natural que exerce profissionalmente a empresa e tenha receita bruta anual de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- c) Empresa é a atividade econômica organizada para a produção e/ou a circulação de bens e de serviços; empresário é o titular da empresa, quem a exerce em caráter profissional.
- d) Empresa é a repetição profissional dos atos de comércio ou mercancia; empresário é a pessoa natural ou jurídica que pratica de modo habitual tais atos de comércio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Imagine que Afrânio e Beatriz estão litigando, respectivamente, como autor e ré, num processo que visa a rescisão de um contrato. Ocorre que, em razão da pandemia da Covid-19, seus advogados faleceram durante o trâmite processual. Nesse caso, quais as consequências processuais?

- a) O juiz suspenderá o processo e concederá às partes o prazo de 15 (quinze) dias para que regularizem a sua representação processual.
- b) O juiz não suspenderá o processo e caso Beatriz não promova o saneamento do vício será considerada revel.
- c) O juiz suspenderá o processo, designará prazo razoável para que o vício seja sanado e caso Afrânio não promova o saneamento o processo será extinto.
- d) O juiz não suspenderá o processo e caso Afrânio não promova o saneamento do vício será multado por litigância de má-fé.

Questão 52

Há anos os irmãos Eduardo e Camila romperam relações e, desde então, aproveitam toda e qualquer oportunidade para causar prejuízo um ao outro. Recentemente, Eduardo resolveu ajuizar ação indenizatória em face de Camila alegando que a irmã estava difamando sua imagem nas redes sociais enquanto renomado professor. Ocorre, entretanto, que Camila não possui nenhuma dessas redes e deixa tal fato devidamente provado. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) Eduardo poderá ser considerado litigante de má-fé por deduzir pretensão contra texto expresso de lei.
- b) O autor poderá ser considerado litigante de má-fé por alterar a verdade dos fatos e, assim, responderá por perdas e danos.
- c) Eduardo poderá ser condenado a pagar multa de 20% (vinte por cento) do valor corrigido da causa e deverá indenizar Camila por todos os prejuízos que sofreu.
- d) O autor será condenado ao pagamento de multa por litigância de má-fé. O valor da indenização será fixado pelo magistrado e obrigatoriamente será um valor líquido.

Questão 53

Raissa é servidora do Estado e estranhou ao perceber que seu pagamento havia sido reduzido. Constatou no contracheque que o Estado houvera cortado algumas gratificações a que faz jus. Raissa imaginou tratar-se de um erro, mas os meses passaram e o valor de seu pagamento não foi reestabelecido. Após o ajuizamento da ação cabível, os pedidos de Raissa foram julgados procedentes, mas o magistrado não fixou os honorários do advogado e a sentença transitou em julgado. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) O advogado de Raissa deverá cobrar de sua cliente os valores dos honorários sucumbenciais que lhe seriam devidos.
- b) Não há condenação ao pagamento de honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte.
- c) O advogado poderá ação autônoma para a definição e cobrança dos honorários advocatícios.
- d) O advogado nada poderá fazer, tendo em vista que deveria ter oposto embargos de declaração da sentença omissa quanto aos honorários.

Questão 54

Lorena alugou uma sala comercial bastante espaçosa, montou seu consultório em um dos ambientes e preparou o outro vão para ser sublocado para Roberto, advogado recém-formado. Infelizmente, o movimento de clientes de Lorena não está permitindo que ela efetue o pagamento do aluguel a Durval, proprietário do imóvel. Em eventual ação judicial, o que Roberto poderá fazer para não ser prejudicado?

- a) Lorena deverá promover o chamamento ao processo de Roberto para que ele também integre o polo passivo da demanda e ofereça a defesa comum a ambos.
- b) Roberto deverá peticionar ao juízo requerendo seu ingresso como assistente litisconsorcial.
- c) Durval poderá promover a denunciação da lide para que Roberto ingresse na relação jurídica processual e os valores atrasados sejam cobrados.
- d) Roberto deverá ajuizar ação com obrigação de não fazer para evitar que Durval promova o despejo de Lorena.

Questão 55

Renata, conhecida blogueira em sua cidade, estava processando uma loja de roupas que estava usando sua imagem para fins comerciais sem sua autorização. No entanto, após conversar com alguns amigos, decidiu desistir da ação pois a loja estava passando por dificuldades e a publicidade acabara ajudando o negócio a permanecer em funcionamento. Sobre a desistência da ação, pode-se afirmar:

- a) A sentença que homologa a desistência da ação não resolve o mérito.
- b) A desistência deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento.
- c) Não é necessária a anuência da loja, bastando a manifestação de Renata.
- d) Por ter desistido da ação, Renata não poderá, posteriormente, voltar a processar a loja pelos mesmos motivos.

Questão 56

Lineu requer ao magistrado o cumprimento da sentença que reconhece que Agostinho deve pagarlhe a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, Agostinho apresenta sua impugnação ao cumprimento de sentença. Nesse caso, é correto afirmar:

- a) Agostinho deverá, primeiramente, garantir o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes.
- b) A impugnação será processada em apenso aos autos principais e possui efeito suspensivo.
- c) Agostinho poderá alegar que Lineu pleiteia quantia superior à resultante da sentença e deverá declarar o valor correto e apresentar demonstrativo do cálculo.
- d) A impugnação apresentada por Agostinho tem o condão de impedir a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação.

Questão 57

Marilda é credora de Bebel: trata-se de um cheque no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) garantindo o pagamento de algumas peças de roupas. Chegado o dia do vencimento, Bebel não efetuou o pagamento da dívida e Marilda decidiu executar o título. No trâmite da execução, os pais de Bebel procuraram Marilda e pediram que ela desistisse da ação. Se ela desistisse, os pais pagariam o valor da dívida, acrescido de 10%, em 5 parcelas. Nesse caso:

- a) Marilda não poderá desistir da execução do cheque pois trata-se de um direito líquido e certo e, portanto, indisponível.
- b) Caso Bebel não tenha apresentado ainda embargos à execução, Marilda poderá desistir sem a necessidade de concordância da executada.
- c) É obrigatória a concordância de Bebel para Marilda possa desistir da execução do cheque.
- d) Se Bebel tiver apresentado embargos à execução versando apenas sobre questões processuais, Marilda poderá desistir da execução, sendo isenta de custas e honorários advocatícios.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

A modalidade de concurso formal em que se adota o sistema da exasperação da pena foi adotada pelo Código Penal para hipóteses em que o agente, mediante uma só conduta, praticou dois ou mais crimes com unidade de desígnios. No entanto, quando a aplicação o sistema da exasperação for prejudicial ao acusado deverá ser feita a soma das penas, que será mais vantajosa do que o aumento de uma delas com determinado percentual, ainda que no patamar mínimo. De acordo com o narrado, pode-se afirmar que essa hipótese se chama:

- a) concurso formal impróprio.
- b) concurso formal próprio heterogêneo.
- c) concurso material benéfico.
- d) concurso material as avessas.

Questão 59

Patrícia, sob influência de estado puerperal, decide matar o próprio filho recém-nascido. Após receber a criança no seu quarto para amamentá-la, a criança é levada para o berçário. Durante a noite, Patrícia vai até o berçário, e, identifica a criança e a estrangula, causando a sua morte. Na manhã seguinte, é constatada a morte por estrangulamento de um recém-nascido, mas que não era o filho de Patrícia, e sim um outro recém nascido.

Procurado com advogado (a) por Patrícia, você deverá esclarecer que ela deverá responder por:

- a) Crime de homicídio qualificado pelo meio cruel, pois, este erro acidental não a isenta de responsabilidade penal.
- b) Crime de homicídio qualificado, pois, uma vez que o art. 123 do CP trata de matar o próprio filho sob influência do estado puerperal, não houve preenchimento dos elementos do tipo.
- c) Crime de infanticídio, pois houve erro de execução ou aberratio ictus .
- d) Crime de infanticídio, pois houve erro sobre a pessoa.

Questão 60

Igor, desejando lesionar seu desafeto Diego, desfere contra ele um violento soco no rosto, sendo que, este é imediatamente socorrido por terceiros que passavam no local, e transportado às pressas ao hospital municipal, onde vem a falecer no mesmo dia, em razão de uma parada cardíaca sofrida durante a cirurgia de reparação da fratura óssea causada em seu nariz.

Você advogado (a) é chamado (a) e deverá esclarecer que, de acordo com os fatos narrados, Igor responderá pelo crime de:

- a) homicídio qualificado consumado
- b) lesão corporal dolosa em concurso com o crime de homicídio culposo
- c) lesão corporal dolosa qualificada pela morte
- d) Tentativa de homicídio qualificado apenas.

Questão 61

Rogério induziu e auxiliou Paulo, a cometer suicídio. Diante desse induzimento, e com o auxílio de Rogério, Paulo se atirou de um prédio querendo assim terminar com sua própria vida, mas milagrosamente sofreu apenas lesões corporais leves em razão da queda. De acordo com a situação acima narrada, pode-se afirmar que Rogério:

- a) responderá pelo induzimento ao suicídio na modalidade consumada
- b) responderá pelas lesões corporais leves produzidas em Paulo
- c) responderá pelo induzimento ao suicídio na modalidade tentada;
- d) não responderá pelo crime e estará isento de pena

Questão 62

Pedro foi ameaçado de morte por Felipe, conhecido matador de aluguel. Tendo tido ciência, por fontes seguras, que Felipe o mataria naquela noite e, com o intuito de defender-se, Pedro saiu de casa com uma faca no bolso de seu casaco. Naquela noite, ao encontrar Felipe em uma rua vazia e escura e, vendo que este colocava a mão no bolso, Pedro precipita-se e, objetivando impedir o ataque que imaginava iminente, esfaqueia Felipe, provocando-lhe as lesões corporais que desejava. Todavia, após o ocorrido, o próprio Felipe contou a Pedro que não ia matá-lo, pois havia desistido de seu intento e, naquela noite, foi ao seu encontro justamente para dar-lhe a notícia. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) houve erro de tipo proibição e poderá haver responsabilidade a título de culpa
- b) mesmo considerando-se o erro invencível não haveria isenção de pena.
- c) não se trata de hipótese de legítima defesa putativa.
- d) houve erro de tipo permissivo e poderá haver responsabilidade a título de culpa

Questão 63

Ao concluir o curso de Direito em uma Universidade Federal, Antônio, utilizando uma caneta esferográfica azul, inseriu em seu diploma de graduação, declaração falsa sobre fato juridicamente relevante, dizendo ser também bacharel em economia. A respeito da situação concreta realizada por Antônio, é correto afirmar que ele:

- a) praticou crime de falsificação de documento público.
- b) praticou crime de falsidade ideológica qualificada por ser em documento público.
- c) não praticou crime algum, pois sua conduta é atípica.
- d) praticou crime de falsa identidade em documento público

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Não impedirão a propositura da ação civil:

- a) a decisão de arquivamento do inquérito policial por falta de provas.
- b) a decisão de arquivamento do inquérito policial por estado de necessidade.
- c) a decisão que julgar extinta a punibilidade.
- d) a decisão absolutória decidindo que o fato não caracteriza infração penal.

Questão 65

Pamela praticou lesão corporal leve em face de Marcos. Em audiência preliminar, o Ministério Público propôs transação penal que foi aceita pela suspeita e homologada pelo juiz do JECRIM. Porém, de forma proposital, Pamela descumpriu o acordo. A respeito das consequências do descumprimento, é correto afirmar que:

- a) possibilita-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- b) não poderá o Ministério Público oferecer denúncia pois a homologação da transação faz coisa julgada material.
- c) não poderá o Ministério Público oferecer denúncia pois a homologação da transação faz coisa julgada formal.
- d) possibilita-se ao Ministério Público oferecer nova proposta de transação penal agravando as condições a serem cumpridas.

Questão 66

Jair, delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo, requisitou perícia para um furto praticado mediante rompimento de obstáculo. O laudo ficou pronto, constatando o rompimento auxiliando a capitulação do furto qualificado mediante rompimento de obstáculo. A perícia não foi refeita em juízo, ficando nos autos, apenas, a perícia realizada na fase inquisitorial. A respeito dessa situação e da posição do STJ a respeito do tema, aponte a alternativa correta:

- a) Perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial servirão de provas desde que a defesa tenha uma atuação efetiva na fase de investigação preliminar.
- b) Perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial, não repetidos em juízo, não podem ser utilizados pelo magistrado para condenar por violação ao contraditório.
- c) Perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial não são revestidos de eficácia probatória, servindo apenas para formar a opinião delicti do titular da ação penal.
- d) Perícias e documentos produzidos na fase inquisitorial são revestidos de eficácia probatória sem a necessidade de serem repetidos no curso da ação penal por se sujeitarem ao contraditório diferido.

Questão 67

Pablo, argentino residente no Brasil há 6 anos, prestou depoimento como testemunha em um processo criminal após ter sido arrolado pelo Ministério público na denúncia. Como se trata de um crime que deixou vestígios e Pablo é um renomado perito conhecido internacionalmente, o juiz indicou Pablo como perito dos autos. Após essa nomeação judicial, o réu o procura para uma consulta jurídica a respeito de quem não poderia ter sido nomeado perito em um processo penal brasileiro. Qual das alternativas abaixo não representaria óbice à atuação como perito:

- a) ser o perito estrangeiro.
- b) ser o perito analfabeto.
- c) ser o perito menor de 21 anos.
- d) ser o perito testemunha nos autos.

Questão 68

Peter, juiz de direito da 2.ª Vara Criminal da comarca de Manaus, recusou-se a homologar acordo de não persecução penal por força das cláusulas inventadas pelo representante do *Parquet*. Inconformado, o promotor de justiça poderá recorrer dessa decisão por meio de:

- a) Carta testemunhável.
- b) Mandado de segurança em matéria criminal.
- c) Agravo em execução.
- d) Recurso em sentido estrito.

Questão 69

A respeito das formalidades da prisão em flagrante, aponte a alternativa não prevista expressamente na lei:

- a) o preso será interrogado pelo delegado.
- b) a autoridade policial procederá à oitiva das testemunhas que acompanharem o preso.
- c) apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura.
- d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados, em até 48 horas, ao juiz competente.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

A empresa “Sandy&Junior” Ltda. contratou novos empregados para laborar no setor de vendas de objetos da dupla de cantores Pop.

Após um extenso processo seletivo, a empresa aprovou a contratação de cinquenta novos empregados.

Nesta situação, a empresa deverá anotar a CTPS dos novos contratados no prazo de

- a) 5 dias.
- b) 5 dias úteis.
- c) 48 horas.
- d) 24 horas.

Questão 71

Juliette foi contratada em regime de tempo parcial pela empresa “Big dos Bigs” Ltda. em uma jornada de 25 horas semanais. Apesar de ser reconhecida pelo seu excelente trabalho, no último ano, teve 4 faltas injustificadas ainda no curso do período aquisitivo.

No que se refere às suas férias, Juliette terá direito a

- a) 12 dias de férias.
- b) 18 dias de férias.
- c) 24 dias de férias.
- d) 30 dias de férias.

Questão 72

A empresa “XPTO” Ltda. possui 4.000 empregados e no ano de 2020 instalou-se eleições para comissão de representação dos empregados.

Nesta situação, a comissão será composta por

- a) três membros.
- b) cinco membros.
- c) sete membros.
- d) nove membros.

Questão 73

Na empresa “ZWX” foi instituída uma Comissão de Conciliação Prévia, quando se lavrou um termo pelos membros da Comissão, em razão do conflito existente entre a empregada Conka e a empresa “ZWX”.

Nesta situação, acerca do termo de conciliação, assinale a alternativa correta.

- a) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
- b) O termo de conciliação é título executivo judicial e não terá eficácia liberatória geral.
- c) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e possui eficácia legal com preponderância, inclusive, sobre os instrumentos coletivos.
- d) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

Questão 74

Maria Joaquina trabalha no Hospital “Meu Povo” Ltda e possui contato direto com agentes insalubres em grau mínimo, em razão de suas atividades laborais. Considerando que a empregada foi surpreendida com a notícia do seu estado gravídico, assinale a alternativa correta.

- a) Durante a gestação, a empregada deverá ser afastada de suas atividades consideradas insalubres, quando em grau médio ou mínimo, e sem prejuízo de sua remuneração, incluído o valor do adicional de insalubridade.
- b) Durante a gestação, a empregada apenas deverá ser afastada de suas atividades consideradas insalubres, quando em grau máximo ou médio, e sem prejuízo de sua remuneração, incluído o pagamento do adicional de insalubridade.
- c) Durante a gestação, a empregada apenas deverá ser afastada de suas atividades consideradas insalubres, quando em grau máximo, e com prejuízo do pagamento do adicional de insalubridade.
- d) Durante a gestação, a empregada deverá ser afastada de suas atividades consideradas insalubres, quando em grau médio ou mínimo, e com prejuízo do pagamento do adicional de insalubridade.

Questão 75

Boninho, 15 anos, foi contratado na condição de aprendiz para laborar em uma Mecânica de carros, “Alta Velocidade” Ltda. No ato da contratação, o empregador informou acerca da jornada de trabalho, a ser realizada, bem como os direitos trabalhistas a que o aprendiz teria direito.

Acerca do tema, aprendiz, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de aprendizagem é contrato de trabalho especial, ajustado por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, devendo, obrigatoriamente, ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- b) A aprendizagem é um contrato de trabalho especial que não gera vínculo empregatício entre as partes que o celebram, uma vez que o seu intento não é o exercício profissional em si, mas a formação educativa do menor.
- c) O contrato de aprendizagem será extinto quando o aprendiz completar 21 anos de idade.
- d) No contrato de aprendizagem, a duração do trabalho não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Josefina ajuizou Reclamação Trabalhista em face da empresa Coruja Ltda., de forma que obteve êxito em todos os seus pleitos. Inconformada, a empresa interpôs Recurso Ordinário, mas teve denegado o seguimento de seu recurso pelo juízo “a quo”, sob a justificativa de intempestividade.

Diante do exposto, e objetivando ter o seu recurso analisado pelo TRT, a empresa deverá se valer da seguinte medida judicial:

- a) Agravo interno.
- b) Embargos de declaração.
- c) Agravo regimental.
- d) Agravo de instrumento.

Questão 77

A empresa “Unidos da Tijuca” Ltda. foi intimada da sentença proferida na ação trabalhista proposta por Maria da Flor. Contudo, a empresa observou certa omissão na decisão e almeja se valer de Embargos de Declaração com efeito modificativo.

Considerando eventual efeito modificativo dos embargos de declaração, assinale a alternativa correta.

- a) O efeito modificativo poderá ocorrer, desde que ouvida a parte contrária e no prazo de 05 (cinco) dias.
- b) O efeito modificativo poderá ocorrer, desde que ouvida a parte contrária e no prazo de 10 (dez) dias.
- c) O efeito modificativo poderá ocorrer, desde que a parte contrária consinta no prazo de 05 (cinco) dias.
- d) O efeito modificativo não é admitido em sede de embargos de declaração.

Questão 78

Um empregado eleito membro da CIPA foi demitido durante a vigência de seu mandato, razão pela qual, ainda no período de estabilidade legal, ajuizou reclamação trabalhista na qual requereu, em sede liminar, a reintegração ao emprego. O pedido de tutela provisória de reintegração foi deferido pelo juízo em sentença.

Nessa situação hipotética, o meio adequado para a impugnação da tutela provisória concedida é o(a):

- a) Ação anulatória.
- b) Ação cautelar.
- c) Mandado de segurança.
- d) Recurso ordinário.

Questão 79

A Autarquia “X” foi condenada em R\$100.000,00 (cem mil reais), fruto de uma Reclamação Trabalhista proposta por Alberto Mentos, ex-empregado da ré.

A sentença ainda condenou a Autarquia ao pagamento, a título de reembolso, das despesas judiciais que haviam sido realizadas pelo autor, parte vencedora na demanda.

Diante do exposto, e no que tange as custas processuais e despesas judiciais, assinale alternativa correta.

- a) A reclamada é isenta das custas processuais, bem como das despesas judiciais.
- b) A reclamada apenas não terá o dever de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.
- c) A reclamada deve arcar com as custas processuais em sede recursal, já que é integrante da Administração Pública Indireta.
- d) A reclamada é isenta do pagamento das custas processuais em sede recursal, mas deverá arcar com o pagamento das despesas judiciais.

Questão 80

Considere as seguintes hipóteses:

- I. Recurso de revista com fundamento em violação literal a dispositivo da Constituição Federal.
- II. Recurso de revista com fundamento em contrariedade à Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
- III. Recurso de revista com fundamento em contrariedade à Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo será admissível o recurso de revista nas hipóteses indicadas em

- a) I, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!



[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

Estratégia
OAB